

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Uma bandeira de R\$ 18 bilhões	2
Título: A conta de luz virou um eletrocardiograma	5
Título: Russos levam o sonho do petróleo de volta a Carauari.....	7
Título: Com reservas de gás, município é abastecido por termelétrica a diesel	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: Notas	10
VEÍCULO: Correio Braziliense	11
Título: Em defesa das empreiteiras.....	11
Título: Nota / Nem vou.....	13

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa / Ramona Ordoñez****Título: Uma bandeira de R\$ 18 bilhões**

Sobretaxa na conta de luz já equivale a uma usina de Jirau. Governo deve incentivar consumo menor.

As águas de março não vieram fechando o verão, como pretendia o clássico de Tom Jobim. Com chuvas abaixo da média em quase todo o país nos primeiros três meses do ano, o governo pretende adotar medidas para reduzir o consumo de energia, embora o Brasil ainda atravessasse a maior recessão de sua História. Nos últimos dois anos, o brasileiro já pagou quase R\$ 18 bilhões em sobretaxa na conta de luz, com a adoção do sistema de bandeiras tarifárias, de acordo com levantamento da Compass Energia realizado a pedido do GLOBO. O valor equivale a praticamente tudo que foi investido na construção da usina de Jirau, em Rondônia, uma das maiores hidrelétricas do país: R\$ 19 bilhões. Mas a conta ainda está longe de fechar. A bandeira tarifária repassa para o consumidor o aumento do custo da energia, que ocorre quando é necessário acionar usinas termelétricas. A expectativa dos analistas é que a bandeira vermelha passe do patamar 1, como está atualmente, para o nível 2, em maio, fazendo com que o valor cobrado a cada cem quilowatts-hora (kWh) consumidos passem de R\$ 3 para R\$ 3,50.

Para reduzir custos e preservar o nível dos reservatórios, o governo criou um grupo de trabalho a fim de desenvolver iniciativas como uma campanha nacional para alertar consumidores quanto ao uso racional de energia. Outra hipótese em estudo é importar do Uruguai. A informação foi revelada ao GLOBO pelo diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata. — A capacidade de importação é de cerca de 400 megawatts médios. Outra iniciativa é a possibilidade de colocar em operação algumas usinas termelétricas de custo mais baixo e que estão paradas, em manutenção. O objetivo é tornar a situação mais confortável. Não há previsão de chuva no Rio São Francisco, que passa pelo seu quinto ano de recessão hídrica. No Brasil, a perspectiva é que nos próximos meses, no período seco, tenhamos chuvas abaixo da média — adiantou o diretor-geral do ONS.

A previsão é que o nível dos reservatórios das regiões Sudeste/Centro-Oeste, responsáveis por cerca de 70% do armazenamento no país, passe dos atuais 41% para cerca de 20% em novembro, quando acaba o chamado período seco (com poucas chuvas). O patamar será menor que o de 2001, ano de racionamento de energia, quando estava em 37%. Apesar do cenário, Barata, do ONS, descarta qualquer risco de racionamento. Segundo ele, o país tem capacidade instalada de

140 mil MW, suficiente para atender a demanda do país. O problema, diz ele, é o custo. Para compensar a falta de água, é preciso acionar mais termelétricas. Por isso, foi criado o grupo de trabalho no Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), do Ministério de Minas e Energia, que vai iniciar os estudos nesta semana e terá um prazo curto para apresentar as soluções.

— Temos capacidade, mas falta combustível, que é a água. A dependência da chuva reduziu, mas não acabou. A hidrologia está aquém da média. A energia vai ficar mais cara. É essa a informação que queremos passar para a população. O movimento do uso racional tem que ser generalizado. Quem sabe a gente não consegue sensibilizar para fazer essa campanha do bem. Precisamos construir uma matriz que dê conforto e que aumente a geração térmica. Vamos identificar um percentual ideal na matriz — disse Barata. Segundo o ONS, as hidrelétricas respondem por cerca de 76% da geração de energia elétrica atualmente, contra apenas 15,5% das térmicas, além das eólicas (com 5,3%) e nuclear (3%). O consumo diário está na faixa dos 67 mil MW.

VOLUME DE PROJETOS CAI PELA METADE

Para especialistas, a falta de chuvas foi decisiva para o cenário atual, mas não é o único fator. De acordo com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o volume de novos projetos de energia vai cair pela metade neste ano em relação ao ano passado. A previsão é que a quantidade de megawatts adicionados ao sistema passe de 9.500 MW para 4.400 MW. Haverá redução da quantidade de projetos de hidrelétricas, eólicas e até termelétricas. Segundo Roberto D'Araújo, do Instituto Ilumina, faltam novos investimentos em geração de energia no país.

— Houve falta de planejamento, já que o governo precisou acionar a bandeira vermelha mesmo com o mercado de consumo parado há três anos. Não estou dizendo que não se deveria usar térmicas. Estou dizendo que se o planejamento não estivesse com esse viés otimista, já deveríamos ter mais usinas. O uso de térmicas foi sendo adiado e agora estamos com reserva baixa — disse Araújo. Para João Carlos Mello, presidente da consultoria Thymos Energia, mesmo com a demanda de energia praticamente estagnada, o aumento da geração de energia termelétrica é necessário: — A situação é crítica. Vamos ter bandeira vermelha ao menos até o fim do ano. Precisamos torcer para a carga (consumo) não crescer. O consumo de energia do país está nos níveis de 2012 e 2013, por causa da recessão. O volume de chuvas foi muito baixo, obrigando a redução da geração hídrica e o acionamento de termelétricas.

CUSTO POLÍTICO

Mello cita ainda a falta de linhas de transmissão, que não tiveram as obras concluídas, o que impede que a energia de novas usinas, como a de Belo Monte,

no Pará, chegue à Região Sudeste, principal centro de consumo do país. Para ele, a situação do setor elétrico seria menos crítica caso o governo já tivesse adotado uma campanha para reduzir o consumo. — A crise hídrica levou os reservatórios a um nível muito baixo. Se lá atrás tivéssemos feito uma campanha de redução de consumo voluntário, teríamos um bom resultado, mas isso não foi feito por questões de interesse político. Desde 2012 nunca choveu o suficiente, e os reservatórios foram sendo reduzidos em excesso.

O risco de racionamento não existe, porém existe uma grande chance de se gastar mais uma vez muito dinheiro com as térmicas — disse Mello. Esse custo extra com as térmicas é repassado aos consumidores por meio do sistema de bandeira tarifária. O regime reflete o maior uso das usinas térmicas, que têm um custo de geração maior em relação às usinas hidrelétricas e são acionadas quando o nível dos reservatórios atinge um nível baixo. Marcelo Parodi, sócio da consultoria e comercializadora Compass Energia, destacou que, desde 2013, o país tem tido clima seco, com exceção do ano passado. Segundo Parodi, não existe risco de faltar energia no país, mas de se ter um custo cada vez maior com o acionamento de termelétricas.

BANDEIRA VERMELHA 2 EM MAIO

Para Parodi, no cenário atual seria difícil incentivar o consumo, contando com chuvas futuras, pois, caso isso não aconteça, o custo para a sociedade poderia ser bem maior com um eventual racionamento. — Hoje, não há risco de ter falta de energia, pois a gente tem excesso de capacidade instalada em relação ao que o país consome. Mas para gerar a energia que a sociedade precisa, e numa quantidade inferior em razão da crise econômica, a geração está se dando por meio de termelétricas, a um custo mais alto. Por isso, o brasileiro vem pagando mais caro nas contas de luz com o sistema de bandeiras tarifárias desde 2015. Se o nível de chuvas continuar baixo de maio em diante, quando começa o chamado período seco, não vai ser possível recuperar o volume de água nos reservatórios. Vamos continuar com a bandeira vermelha ao menos até novembro — disse Parodi.

Segundo Cecília Lupatini, analista de mercado do Grupo Safira, a bandeira vermelha vai atingir o patamar 2 já em maio. A principal razão, destaca ela, é o baixo nível de chuvas no país. Ela lembra que a Região Sudeste obteve no primeiro trimestre um volume de chuvas de apenas 69% da média histórica e que a Região Nordeste — que representa 18% da capacidade de armazenamento do país — contou com apenas 28% da quantidade de chuvas em relação à média dos últimos anos. Já na Região Sul — que representa 7% da capacidade de água acumulada nas usinas do país — o volume de chuvas veio 115% acima da média do primeiro trimestre.

— Os reservatórios não chegaram em um nível adequado durante o período de chuvas. O governo estava esperando as águas de março, mas elas não vieram. E a tendência agora é que não venham mais chuvas. Por isso, as termelétricas foram acionadas, e a bandeira vermelha está no patamar 1. A expectativa é que, a partir do próximo mês, a bandeira vermelha chegue ao patamar 2. Isso vai acontecer porque o governo mudou o modelo de análise, tornando a previsão mais conservadora. Ou seja, as térmicas passarão a ser acionadas com mais antecedência daqui para frente — prevê Cecília.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Janaina Lage, Ramona, Ordoñez E Bruno Rosa

Título: A conta de luz virou um eletrocardiograma

Bandeira amarela, vermelha, indenizações e erros têm feito o brasileiro sofrer para entender as mudanças no setor e acompanhar o preço da energia

Poderia ser a oscilação da Bolsa de Valores de São Paulo num dia de forte estresse no mercado financeiro ou o eletrocardiograma de um paciente em condição crítica, mas essa montanha russa de altos e baixos exibida acima é a variação da tarifa de energia desde 2012. A comparação não é a toa: planejar os gastos com a conta de luz se tornou tarefa que exige nervos de aço de investidor combinados à paciência de um doente em período de convalescença. Eternamente dependente do regime de chuvas, o setor elétrico ganhou um componente a mais de risco no fim de 2012, quando o governo decidiu forçar uma queda de 20% no preço da tarifa por meio da renovação antecipada de contratos das concessionárias, com a medida provisória (MP) 579. Nem todo mundo topou e ainda faltou combinar com São Pedro.

No ano seguinte, a conta, de fato, caiu 15,66%, de acordo com dados do IBGE, mas o alívio foi temporário. Logo em seguida, os efeitos do aumento do consumo, que já ficou no passado, e de uma forte seca levaram a uma escalada de preços. Em 2015, a tarifa subiu 51%. Ano passado, diante da maior recessão da História do país, a conta caiu 10,66%. Desde então, acompanhar o noticiário do setor se tornou tarefa que requer a dedicação de um aficionado. Dá para lembrar com nostalgia do tempo em que bastava encarar o banho frio ou dormir no calor para economizar no fim do mês. Ou que algum parente gritava que não era sócio da distribuidora ao mandar desligar a lâmpada da cozinha.

MODELO COMPLEXO

A própria conta já dá pistas do quanto o modelo do setor elétrico é complexo. Ao lado do valor total da tarifa, é possível conferir qual foi o montante desembolsado

para gerar energia, transmitir, distribuir, além do total pago em encargos setoriais e impostos, como PIS, Cofins e ICMS. À sopa de letrinhas foi adicionado um ingrediente a mais a partir de 2015, a bandeira tarifária. Agora, tal qual pedestre no sinal, o jeito é observar com atenção se estamos diante da bandeira verde, que nos autoriza a evoluir na avenida com segurança ou ao menos a usar o chuveiro elétrico sem culpa nem sobretaxa. Ou se é caso de repensar o estilo de vida diante da bandeira vermelha, sinal de cobrança de R\$ 3 a R\$ 3,50 a mais, de acordo com o nível de vermelhidão a cada 100 kWh consumidos. A proposta era justamente dar mais previsibilidade ao consumidor, de modo a compartilhar o aumento de custos na geração de energia.

Bandeira vermelha é sinal de que foi necessário recorrer a usinas termelétricas, mais caras e, normalmente, mais poluentes. Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), do Instituto de Economia da UFRJ, ressaltava que a conta de luz é formada por uma série de custos, como o valor definido de acordo com a fonte de geração de energia, as linhas de transmissão, os gastos com distribuidoras, encargos e impostos. — É como um supermercado, com produtos que sobem e descem. As tarifas hoje refletem o preço ao consumidor, variando todo mês. Não é como antes, que o consumidor tinha que esperar o ano seguinte. Então, você tem a bandeira, que é reflexo da pouca chuva.

Mas, ultimamente, previsibilidade passou longe do noticiário do setor. Não bastassem as preocupações com o consumo pessoal, o reajuste anual da distribuidora, a cor da bandeira do momento e o regime de chuvas, o consumidor passou a lidar com o imponderável, em alguns casos com toques de surrealismo: decisões judiciais, erros na cobrança de encargos e até energia gerada por usina que ainda não existe. Em fevereiro, o carnaval nem tinha começado ainda, e o consumidor já descobria que teria de arcar com uma fatura de R\$ 62,2 bilhões divididos em prestações até 2025 para indenizar as empresas transmissoras de energia. Na MP 579, ficou definido que as concessionárias que tivessem o vencimento do contrato antecipado teriam direito a uma compensação por investimentos não amortizados. A indenização, se não houver outros fatores que diminuam seu impacto, deve aumentar a conta de luz em 7,17% este ano.

USINA QUE AINDA NÃO EXISTE

No mês seguinte, nem tudo estava perdido. Desta vez, o governo anunciou um desconto. O problema era o motivo: a cobrança indevida de um encargo pela geração de energia de Angra 3, usina nuclear que nem entrou em operação e ainda é alvo de investigações por corrupção no âmbito da Operação Lava-Jato. No ano passado, o consumidor pagou a mais pela energia de uma usina que ainda não existe e deve ser ressarcido em R\$ 900 milhões. Não foi a única surpresa. No mesmo mês, uma fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)

descobriu que o consumidor já pagou R\$ 3,7 bilhões a mais nas contas entre 2009 e 2016 por causa de um erro na cobrança de subsídio para geração de energia na Região Norte do país. Com previsão de pouca chuva e bandeira vermelha até dezembro, esse eletrocardiograma de tarifas promete indicar batimentos ainda mais erráticos até o fim do ano.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Cleide Carvalho

Título: Russos levam o sonho do petróleo de volta a Carauari

Cidade do Amazonas foi alvo de pesquisas nos anos 1980. Rosneft inicia exploração e quer construir termelétrica

O início de perfuração do Buriti 1, primeiro poço da petroleira Rosneft na Amazônia, renovou a esperança dos moradores de Carauari, município às margens do Rio Juruá — a meia hora de avião (786 km em linha reta), ou a dois dias de barco de Manaus (1.676km) — de que os investimentos russos deem finalmente um impulso na economia local. No início dos anos 1980, a Petrobras realizou pesquisas de petróleo e gás no município, mas bateu em retirada para Coari, a 650km da capital, onde centralizou os trabalhos da Província Petrolífera de Urucu, hoje a maior reserva terrestre de gás do país. Agora, com a chegada dos russos à região, Carauari aguarda ansiosa a promessa de instalação de uma nova termelétrica no município.

O projeto, que inclui uma linha de transmissão de 790 quilômetros até Manaus, onde a usina seria interligada ao Sistema Nacional de Energia (SIN), foi apresentado pela Rosneft ao governo do Amazonas em junho do ano passado. A expectativa da região em torno do petróleo é alta. Neste fim de semana, pela primeira vez, o governador e sua equipe visitam, a convite da Rosneft, a área de perfuração no município de Tefé, de 8,47 hectares. A pedido da companhia, não é permitida a presença da imprensa.

PASSIVO AMBIENTAL COMO HERANÇA

No total, a petroleira russa detém os direitos de exploração de 16 blocos na Bacia do Solimões desde 2015, quando adquiriu o controle das mãos da PetroRio (antiga HRT), sua ex-sócia, e se tornou a operadora da busca por petróleo e gás no coração da Amazônia — o bioma mais protegido do país e que mais atrai atenção do mundo todo. A empresa não atendeu solicitação do GLOBO para informações ou entrevista sobre sua estreia na região. O pré-sal e a Operação Lava-Jato levaram a Petrobras a concentrar ainda mais seus esforços na exploração marítima. Até que novos blocos sejam leiloados, a Rosneft é a única

empresa a buscar gás e petróleo na Amazônia. — Todos os testes feitos indicaram que há petróleo na área, mas só saberemos de fato quando jorrar.

No Amazonas, tudo tem prazo de maturação — avalia, cauteloso, o governador José Melo (PROS). Quinta maior petroleira do mundo, a gigante russa terá de vencer também as dificuldades ambientais. A empresa inicia a perfuração na floresta já com passivo ambiental. Na última quarta-feira, a empresa assinou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e assumiu os passivos da antecessora HRT, que chegou a desmatar e furar alguns poços sem ter reflorestado as áreas por onde passou, como determina o Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (Ipaam).

A companhia russa terá de recuperar as áreas degradadas em três anos. A licença prévia para operação foi obtida no Ipaam em janeiro passado. O Ibama, que é federal, licencia apenas operações offshore. Em terra, a incumbência é dos estados. Ainda não há detalhes dos compromissos assumidos pela Rosneft com o Ipaam. A Rosneft anunciou que os trabalhos de perfuração começaram em fevereiro. O compromisso seria perfurar pelo menos sete novos poços até 2019. — A Petrobras já provou que, se tiver todos os cuidados, é possível extrair petróleo e gás sem ferir a floresta. O maior desafio é tornar a operação rentável — afirma o governador.

RICA EM RECURSOS NATURAIS, MAS SEM BANCO

Com 28 mil habitantes, Carauari vive da extração de recursos naturais. Parte da sua abundante produção de açaí é adquirida pela Coca-Cola, que desde 2013 produz suco de açaí e banana. Na Reserva Extrativista do Médio Juruá, a Natura implantou um projeto de preservação e geração de renda em comunidades ao longo do Rio Juruá, considerado o mais sinuoso da Amazônia. Dali, colhe matérias-primas florestais, como murumuru, andiroba e ucuuba, usados em cosméticos da marca. Juntas, as duas empresas encabeçam programas sociais para melhorar a vida dos moradores da região. Apesar das riquezas sobre a terra, é o petróleo que povoa os sonhos de boa parte dos moradores — um quarto da população vive em situação de extrema pobreza. São 4.997 famílias cadastradas no Bolsa Família, que injeta R\$ 1,5 milhão por mês no município. A saúde é precária: malária, diarreia e cirrose decorrente de hepatite são as doenças que mais preocupam.

— Muita gente está com o currículo pronto para entregar na Rosneft. A expectativa é que a empresa ocupe a Base Gavião, a mesma que a Petrobras deixou há mais de 30 anos — diz um funcionário da Prefeitura de Carauari, que não quis se identificar porque o prefeito, que concorreu mesmo sem ter o registro de candidatura aprovado, havia viajado a Manaus para tentar garantir a permanência no cargo na Justiça eleitoral. Com a recessão no país, a Prefeitura

virou a principal empregadora. A baixa circulação de dinheiro na cidade levou o Banco do Amazonas a anunciar o fechamento da agência no município. Açaí e peixe são a base da alimentação local. Com a chegada da Coca-Cola, porém, o litro do açaí vendido na cidade saltou de R\$ 1 para R\$ 6 — valor considerado alto para os padrões locais.

— A ansiedade é grande. Aqui a gente sofre de escassez de emprego. Se não conseguir na Prefeitura, tem de trabalhar na pesca ou no extrativismo. A outra saída é ir para Manaus, tentar a vida lá — diz Henrique Melo da Silva, de 25 anos, que nasceu em Carauari e estuda biologia na unidade local da Universidade Estadual do Amazonas. Há mais de 30 anos que Carauari, cujo perímetro abriga cerca de 400 comunidades ribeirinhas — algumas distantes até oito horas de barco — ouve falar de suas reservas petrolíferas. Segundo o governador do Amazonas, na área da Rosneft as reservas estão em profundidade maior que as da Petrobras. A Prefeitura de Carauari acredita que a Rosneft usará tecnologia ultramoderna, com chance real de tornar a extração viável.

Em apresentações a especialistas do setor, no fim de março, a companhia falou sobre sua experiência em áreas adversas e de sua tecnologia, que inclui perfuração multidirecional. O potencial de gás é realidade no Amazonas, que detém 10,8% das reservas provadas do país. O estado ocupa o terceiro lugar na produção nacional, atrás do Rio e de São Paulo, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP). A Petrobras tem hoje 60 poços que produzem petróleo, condensado e gás natural na Amazônia, numa área de 350 km² nos municípios de Coari e Tefé. A empresa ainda mantém um bloco de exploração de xisto no Acre, com estudos suspensos.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: C.C.

Título: Com reservas de gás, município é abastecido por termelétrica a diesel

Ministério Público do Amazonas foi obrigado a intervir no ano passado para garantir que cidade próxima tivesse energia

Com gigantescas reservas de gás sob a terra, os municípios de Carauari, Tefé e Coari, onde fica o Polo Petrolífero de Urucu, são abastecidos por usinas termelétricas movidas a diesel — fonte de energia mais suja e que só chega de barco à região. — O desafio logístico é imenso. Essa é uma área fluvial, de rios que encham em julho e chegam a outubro secos. A Amazônia é uma região muito sensível e os russos jamais se aventurariam nela se não tivessem evidências concretas de petróleo. O risco é calculado — diz o professor José Alberto da Costa

Machado, especialista em desenvolvimento socioambiental e integrante do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

CHANCE DE MUDAR A MATRIZ ENERGÉTICA

No ano passado, o Ministério Público do Amazonas foi obrigado a intervir para garantir regularidade no abastecimento de energia elétrica em Tefé, condenando também o derramamento de óleo em Igarapés. Para o Amazonas, o gás natural é a grande chance de mudar a matriz energética do estado. Machado observa, contudo, que transformar o petróleo e o gás em fontes reais de riqueza e desenvolvimento local ainda é um desafio. — É como se tivessem colocado ali, no meio da floresta, um canudo gigante. Tiram o gás por ele, mas pouco muda na vida de quem mora no entorno — diz Machado, que participou da produção do Estudo de Impacto Ambiental do gasoduto Urucu-Manaus, concluído em 2008. — Pode ser até mais fácil cobrar de uma multinacional.

Uma estatal é sempre vista com condescendência. A expectativa era que o gasoduto Urucu-Manaus levasse fibra óptica às comunidades ao longo do traçado. Isso nunca foi feito. Agora, quem está conectando a Amazônia é o Exército. A Petrobras informou que a fibra óptica foi instalada nos dutos para monitoramento remoto das válvulas, mas que a conectividade dos municípios não é responsabilidade da empresa e não foi condicionante no Estudo de Impacto Ambiental aprovado pelas autoridades. O gasoduto da Petrobras passa por sete municípios, de Coari a Manaus. O óleo é levado em navios. (C.C.)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / Colunas

Autor: Fernanda Guimarães e Aline Bronzati

Título: Notas

Credores externos minoritários da Odebrecht Óleo e Gás ameaçam ir à Justiça

Parte dos credores externos da Odebrecht Óleo e Gás (OOG) está insatisfeita e pretende entrar na Justiça se considerar que a empresa está usando argumentos não factíveis para os manter de fora do quórum de votação de uma negociação. A OOG negocia com credores externos que têm títulos de dívida com vencimento em 2021 e 2022, cujos recursos foram usados para financiar a construção de navios-sondas contratados pela Petrobras, há um ano e meio. O grupo insatisfeito é detentor de US\$ 550 milhões em títulos sem data de vencimento (perpétuos) e que não têm garantias. Ao todo, a OOG tem uma dívida em títulos de US\$ 3,7 bilhões.

Pagou

A OOG pagou na última sexta-feira (07) o juro sobre os bônus de vencimento em 2022. Procurada, a companhia diz que segue em negociações construtivas.

Nippon ‘alerta’ conselheiros da Usiminas antes da destituição de presidente

A Nippon Steel, controladora da Usiminas ao lado da Ternium, enviou carta aos conselheiros da siderúrgica poucos dias antes da reunião que destituiu o até então presidente Rômelo de Souza. No texto, a empresa japonesa alertou que, caso votassem pelo afastamento do executivo, os conselheiros poderiam responder pela decisão na pessoa física. A Nippon disse ainda que não pouparia esforços para mostrar a ilegalidade da deliberação. A companhia não comentou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor: Sacha Caalmon

Título: Em defesa das empreiteiras

Desde a terceira República (1946), os políticos pedem dinheiro aos empresários para as campanhas eleitorais e o PT organizou, industrialmente, a corrupção, saqueando especialmente as empresas estatais (Petrobras, Correios, Eletrobrás, Nuclebrás etc), cimentando o conúbio fatal. Tomo como exemplo a Odebrecht, considerada a melhor empresa de construção da América Latina, 26º lugar mundial na exportação de serviços (Engineering News-Record). Em 1823, o primeiro da família a chegar ao Vale do Itajaí, Santa Catarina, foi Emil, alemão, fugindo das guerras europeias para construir-se em um novo mundo. Virou construtor. Seu neto Emílio, formado no Rio, fundou no Recife, em 1923, uma empresa de construção para atuar no Nordeste. Mas, em 1926, mudou para Salvador a Emílio Odebrecht, a qual sofreu dificuldades devidas a 2ª Guerra Mundial.

Em 1944, Norberto Odebrecht, seu filho, pai do Emílio atual e avô de Marcelo, paga todas as dívidas (de seu pai) e cria a Construtora Norberto Odebrecht. Logo se compromete em grandes projetos de construção na Região Sudeste do Brasil. Em 1979–1980, começa a se expandir internacionalmente e a diversificar negócios. A CBPO se funde com ela, e a Odebrecht S.A. é criada. Entra no mercado dos EUA e torna-se a primeira empresa brasileira a ganhar um contrato do governo americano. Em 2002, a Odebrecht estabelece a Braskem, a maior produtora petroquímica da América Latina. A Tecnologia Empresarial Odebrecht, conhecida como TEO, é a base de todas as ações da organização, em quaisquer dos seus negócios. A Construtora Norberto Odebrecht é, com a Vale, uma das duas multinacionais brasileiras com maior presença na África e no Oriente Médio.

Boa parte dos brasileiros que residem nessas regiões do planeta são funcionários da companhia.

Em Angola, a subsidiária Odebrecht Angola é a maior empregadora particular do país. A holding Odebrecht S.A., fundada em 1981, administra a Construtora Norberto Odebrecht S.A., Foz do Brasil (saneamento básico e tratamento de resíduos industriais), Braskem S.A., que é a maior empresa petroquímica da América Latina, a quinta maior do mundo, com exportações para 60 países em todos os continentes. Por receita, a Braskem é a quarta maior das Américas e a 17ª no mundo, Odebrecht Realizações Imobiliárias, a Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda. e a Agroindustrial (que atua na produção de açúcar, etanol e energia elétrica, com participação acionária da japonesa Sojitz Corporation). Presta serviços na maioria dos países da América do Sul e Central, nos Estados Unidos, em Angola, em Portugal e no Oriente Médio.

Fazem parte do grupo: Odebrecht Energia e projetos (usinas hidrelétricas, termelétricas e nucleares); Odebrecht TransPort — atua no setor ferroviário, rodoviário, de transporte urbano, infraestrutura e logística portuária e aeroportuária. É proprietária da SuperVia e Embraport (Empresa Brasileira de Terminais Portuários); Odebrecht Engenharia Industrial — constrói e monta instalações industriais no Brasil e no exterior, atendendo a clientes de diferentes setores; Odebrecht América Latina, Angola e Odebrecht Venezuela — segurança de infraestrutura, imobiliária, industrial, petróleo e gás, petroquímica e alimentos. Odebrecht Óleo e Gás S.A. — produz óleo e gás, opera plataformas e oferece serviços para outras empresas do setor. Odebrecht Realizações Imobiliárias S.A. — desenvolve empreendimentos residenciais, empresariais, comerciais e de turismo. Odebrecht Defesa e Tecnologia — criada em 2011, provê soluções que contribuem para a autonomia tecnológica brasileira e das Forças Armadas por meio de projetos, tecnologias e produtos de alta complexidade de uso militar e civil.

A empresa, portanto, não cresceu com o PT, que a subjugou para os próprios fins de permanência no poder, ou seja, um governo aliado a plutocratas riquíssimos, a distribuir bolsas e migalhas para o povo, de modo a perpetuar-se no poder, sem falar nos políticos em geral em busca de recursos (corruptores). Empresas não cometem crimes, seus diretores e donos, sim. Devem, é claro, ser punidos tanto quanto os políticos corruptos. As empresas devem ser preservadas, como a Odebrecht, a Mendes Junior (tão prejudicada no Iraque), a OAS, a Andrade Gutierrez, cujas capacitações técnicas são incontestáveis. É preciso pressa nos acordos de leniência. Precisamos criar penas duras para a grande corrupção (25 a 30 anos de prisão). Quem quer viver a la godaça teme o cárcere. A corrupção, não exagero, é a pior desgraça do Brasil. É um crime com mais de 200 milhões de vítimas, brasileiros de todas as classes sociais. Preservemos, porém, os grandes grupos empresariais, sem os quais não há futuro econômico para o país, assim

como jamais haverá igualdade social sem educação de qualidade para todos os jovens, prioridade absoluta.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política / Coluna

Autor: Denise Rothenburg

Título: Nota / Nem vou

O ministro de Minas e Energia, Fernando Filho, não tem motivos para deixar a base do presidente Michel Temer. Aliás, no Planalto, não são poucos os elogios ao jovem ministro, filho do senador Fernando Bezerra Coelho. Entre os tucanos aliados de Geraldo Alckmin, há, inclusive, quem aposte que pode sair dali o candidato a vice em uma chapa presidencial. Sabe como é: a quase dois anos da eleição, todos os cenários estão na roda.

MME / ASCOM .